



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA**

CAIO CÉSAR OLIVEIRA DE ARAÚJO

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ESPECÍFICA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL, ELÉTRICA, HIDRÁULICA E DE
ALVENARIA NA UNIDADE PRISIONAL ESTADUAL DE ANÁPOLIS**

GOIÂNIA-GO

2025



CAIO CÉSAR OLIVEIRA DE ARAÚJO

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ESPECÍFICA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL, ELÉTRICA, HIDRÁULICA E DE
ALVENARIA NA UNIDADE PRISIONAL ESTADUAL DE ANÁPOLIS**

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Altos Estudos em Segurança Pública – CAESP pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás – SSP e a Universidade do Estado de Goiás - UEG, sob a orientação do Prof. Esp. Mateus Pio da Rocha.

GOIÂNIA-GO

2025

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL, ELÉTRICA, HIDRÁULICA E DE ALVENARIA NA UNIDADE PRISIONAL ESTADUAL DE ANÁPOLIS

Aluno: Caio César Oliveira de Araújo

Orientador: Esp. Mateus Pio da Rocha.

Resumo: Este projeto de pesquisa analisou os impactos da ausência de dotação orçamentária específica para manutenções predial, elétrica, hidráulica e de alvenaria na gestão da Unidade Prisional Estadual de Anápolis. A pesquisa adotou o método indutivo, com abordagem qualitativa e quantitativa, permitindo uma compreensão abrangente do problema a partir da realidade concreta observada na referida unidade. Inicialmente, foram coletados dados quantitativos referentes a falhas estruturais, custos com reparos emergenciais e frequência das ocorrências. Na sequência, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com servidores, além da análise documental de relatórios técnicos e normativos. A triangulação entre os dados obtidos permitiu identificar padrões, causas e consequências relacionadas à ausência de planejamento e de investimento em manutenção predial. A pesquisa buscou analisar os prejuízos estruturais decorrentes da falta de recursos específicos e apontou alternativas viáveis de gestão e financiamento, com destaque para instrumentos como o Programa Dinheiro Direto na Unidade Prisional (PDDUP). Com base nos dados empíricos e no referencial teórico adotado, esperou-se contribuir para o aprimoramento da gestão penitenciária, propondo soluções que fortalecessem políticas públicas sustentáveis e eficientes.

Palavras-chave: sistema prisional, manutenção predial, orçamento público, gestão penitenciária, políticas públicas.

Abstract: This research project analyzed the impacts of the absence of specific budget allocation for building, electrical, hydraulic, and masonry maintenance on the management of the Anápolis State Prison Unit. The research adopted an inductive method, with a qualitative and quantitative approach, allowing for a comprehensive understanding of the problem based on the concrete reality observed in the aforementioned unit. Initially, quantitative data were collected regarding structural failures, costs of emergency repairs, and frequency of occurrences. Subsequently, semi-structured interviews were conducted with staff members, along with the documentary analysis of technical reports and regulations. The triangulation of the obtained data enabled the identification of patterns, causes, and consequences related to the lack of planning and investment in building maintenance. The research sought to analyze the structural damages resulting from the lack of specific resources and pointed out viable alternatives for management and financing, highlighting instruments such as the Direct Money in the Prison Unit Program (PDDUP). Based on empirical data and the adopted theoretical framework, it was expected to contribute to the improvement of prison management by proposing solutions that strengthened sustainable and efficient public policies.

Keywords: prison system, building maintenance, public budget, prison management, public policies.

1. INTRODUÇÃO

As obras de construção da Unidade Prisional Estadual de Anápolis - UPEA, localizada na zona rural do município, começaram em 2013 (LANÇAMENTO, 2013). No entanto, em 2017, mesmo com a estrutura ainda inacabada, 543 presos foram transferidos para a UPEA após uma intercorrência negativa na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães (POG), localizada no Complexo Prisional em Aparecida de Goiânia, permanecendo ali por cerca de seis meses (O POPULAR, 2018). Contudo, a falta de conclusão das obras impediu o fornecimento regular de serviços essenciais, como energia elétrica e água potável, gerando grande insatisfação entre os detentos. Essa situação resultou em diversas outras intercorrências negativas, acelerando a deterioração das estruturas física, hidráulica e elétrica da Unidade, que sequer havia sido oficialmente inaugurada (GOUVEIA, 2017). A inauguração oficial da UPEA ocorreu em 2018, com um custo total de R\$ 19 milhões, abrangendo um espaço total de 6 mil metros quadrados e capacidade para abrigar até 300 presos (G1 GOIÁS, 2017). Atualmente, em 2025, vinculada à 9ª Coordenação Regional Prisional e integrada ao sistema de regionalização estabelecido pela Lei nº 19.962/2018 (GOIÁS, 2018). É classificada como Unidade de segurança máxima, com o objetivo principal de custodiar indivíduos de alta periculosidade, lideranças negativas e membros de organizações criminosas (POLÍCIA PENAL GOIÁS, 2018).



¹ GOOGLE EARTH. **Novo Presídio de Anápolis – BR-414, Anápolis – GO.** Disponível em: https://earth.google.com/web/search/Novo+Presidio+de+An%c3%a1polis+-+BR-414,+An%c3%a1polis+-+GO/@-16.23209078,-48.91817787,1114.30818805a,807.63946137d,35y,0h,0t,0r/data=CiwiJgokCficDII-OjDAEYvOPy2hPDDAGWcJ6ZRGdEjAlb1Pz_7edkjAQgIIAUICCABKDQj8BEAA. Acesso em: 12 jun. 2025.

Considerando o histórico e a complexidade arquitetônica da UPEA, a realização deste trabalho de conclusão de curso se torna crucial. A estrutura exige uma rotina contínua de manutenção para garantir seu funcionamento seguro e eficiente. No entanto, a ausência de uma dotação orçamentária específica para a conservação da infraestrutura tem resultado em um acelerado processo de deterioração dos espaços físicos. A manutenção predial é um elemento crítico para a preservação do patrimônio público, conforme estabelece a NBR 5674:2012 da ABNT, que a define como "parte integrante do processo de gestão da edificação, tendo em vista seu desempenho, segurança, funcionalidade e conservação" (ABNT, 2012, p. 2). Além disso, a norma salienta que a manutenção deve ser orientada por diretrizes que visam "preservar o desempenho previsto em projeto ao longo do tempo, minimizando a depreciação patrimonial" (ABNT, 2012, 4.1.2 a), evidenciando seu papel fundamental na longevidade e valorização dos bens públicos e na prevenção de custos futuros.

A degradação da infraestrutura em unidades prisionais é um problema grave, pois potencializa conflitos e aumenta os riscos de fugas, conforme apontado por (DIAS, 2018). Essa situação é corroborada por estudos do (CNJ, 2020), que revelam uma realidade alarmante: 70% das prisões brasileiras sofrem com falhas críticas em instalações elétricas e hidráulicas. Essa precariedade é frequentemente agravada pela falta de orçamento específico para manutenção. Além dos riscos diretos à segurança, a ausência de manutenção preventiva tem um custo financeiro elevado. (MELHADO, 2006) alerta que a negligência nesse aspecto pode elevar os custos com reparos emergenciais em até 300%, onerando consideravelmente os cofres públicos.

No âmbito do Sistema Prisional Goiano, a Lei nº 18.595/2014 instituiu o Programa Dinheiro Direto na Unidade Prisional - PDDUP, visando descentralizar recursos para custeio, pequenos reparos e manutenção (GOIÁS, 2014). Contudo, a aplicação desse instrumento tem se mostrado ineficaz, seja por entraves burocráticos, deficiências no planejamento estratégico ou priorização inadequada de verbas. Essa lacuna entre o dispositivo normativo e sua efetiva implementação compromete a autonomia das Unidades Executoras Próprias (UEx) e perpetua um ciclo de degradação acelerada das estruturas físicas.

Diante desse cenário, este estudo justifica-se pela complexidade do conjunto arquitetônico das estruturas da UPEA, uma unidade de destacada relevância estratégica no Sistema Prisional Goiano. Assim, torna-se imperativo compreender, documentar e propor soluções para os impactos negativos decorrentes da falta de uma verba específica para manter uma rotina contínua de manutenção para assegurar seu funcionamento seguro e eficiente, visto que a negligência nesse aspecto compromete não apenas a integridade física das

edificações, mas também a segurança institucional, a eficiência administrativa e o respeito aos direitos fundamentais dos apenados.

A partir da análise minuciosa da realidade local e do arcabouço legal vigente, com especial atenção à Lei nº 18.595/2014, este projeto de pesquisa assume uma perspectiva crítica, abrangente e propositiva. Seu objetivo é oferecer subsídios técnicos e gerenciais que possam contribuir para a efetivação dos princípios constitucionais (BRASIL, 1988), o fortalecimento da autogestão orçamentária e a promoção de melhorias estruturais sustentáveis, garantindo assim condições adequadas de funcionamento para a UPEA e para o aprimoramento da gestão pública no sistema prisional.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Manutenção Predial e Gestão do Patrimônio Público

A manutenção predial transcende a mera conservação física, estabelecendo-se como um componente essencial para a gestão eficiente do patrimônio público, desempenhando um papel estratégico na garantia da funcionalidade, segurança e durabilidade das edificações. Nesta perspectiva, a NBR 5674:2012 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define manutenção como "um conjunto de atividades técnicas e administrativas destinadas a garantir o desempenho previsto para uma edificação durante sua vida útil" (ABNT, 2012). Essa definição adquire uma relevância ainda maior no contexto prisional, onde as condições estruturais das instalações impactam diretamente a segurança institucional, a saúde e os direitos fundamentais tanto da população carcerária quanto dos profissionais que ali atuam.

No cenário do sistema penitenciário brasileiro, os desafios relacionados à infraestrutura são amplamente reconhecidos e documentados. Dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2022) indicam que aproximadamente 60% das unidades prisionais apresentam deficiências nos sistemas elétrico e hidrossanitário, comprometendo a segurança institucional e a dignidade dos internos. A precariedade das instalações físicas nas penitenciárias não apenas viola direitos básicos, mas também cria ambientes propícios para conflitos e fugas, conforme destaca (DIAS, 2018). Além dos impactos na segurança e nos direitos humanos, a literatura especializada também evidencia os prejuízos econômicos decorrentes de uma gestão ineficaz da manutenção. (MELHADO, 2006) demonstra que a implementação de políticas preventivas de manutenção pode resultar em uma redução de até 70% nos custos com reparos emergenciais e um aumento significativo da vida útil das

edificações. Este é um fator crucial em um cenário de escassez de recursos públicos, onde a otimização dos gastos é imperativa.

2.2 Aspectos Físicos e Estruturais da UPEA

A integridade física de uma edificação prisional é um pilar fundamental para sua segurança e funcionalidade. A UPEA, por exemplo, possui uma área de aproximadamente 6.000 m², dividida em diversos setores, como o controle de acesso principal, bloco do refeitório, bloco administrativo, bloco de saúde, bloco de segurança e carceragens. A complexidade arquitetônica e a natureza do ambiente prisional exigem uma rotina contínua de manutenção para assegurar o funcionamento seguro e eficiente dessas estruturas. No entanto, a ausência de uma dotação orçamentária específica para a conservação da infraestrutura tem resultado em um acelerado processo de deterioração dos espaços físicos. A negligência na manutenção compromete a integridade física das edificações, impactando diretamente a segurança institucional e a eficiência administrativa.

2.3 Aspectos Elétricos, Hidráulicos e de Alvenaria

A carência de recursos orçamentários específicos tem comprometido diretamente a estrutura física da UPEA, manifestando-se em danos visíveis como vazamentos, infiltrações, fiações expostas, janelas quebradas, falhas elétricas, hidráulicas e degradação da alvenaria. A deterioração acentuada dessas estruturas foi observada já em 2017, quando presos foram transferidos para a unidade ainda inacabada, impedindo o fornecimento regular de serviços essenciais como energia elétrica e água potável. Essa situação gerou grande insatisfação e resultou em diversas intercorrências negativas que contribuíram para a degradação dessas instalações, mesmo antes da inauguração oficial da unidade.

A manutenção predial, que engloba a conservação elétrica, hidráulica e de alvenaria, é crucial para garantir as condições adequadas de segurança, higiene e funcionalidade. Estudos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2020) revelam que 70% das unidades prisionais brasileiras apresentam falhas críticas em instalações elétricas e hidráulicas, um problema frequentemente agravado pela ausência de dotação orçamentária específica. Falhas na infraestrutura, particularmente em instalações elétricas precárias e sistemas hidráulicos deficientes, são fatores determinantes para a ocorrência de motins e fugas (DIAS, 2018), colocando em risco tanto servidores quanto custodiados. A ausência de manutenção

preventiva não apenas eleva os custos com reparos emergenciais, mas também compromete a eficiência administrativa e a continuidade dos serviços prestados.

2.4 Gestão Orçamentária e Legislação Aplicável

Do ponto de vista jurídico, o ordenamento brasileiro dispõe de mecanismos que legitimam e incentivam a autonomia na gestão de recursos para manutenção predial. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, estabelece que a administração pública direta e indireta deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988). No contexto goiano, a Lei nº 18.595/2014 instituiu o Programa Dinheiro Direto na Unidade Prisional (PDDUP), com o objetivo de descentralizar a gestão financeira por meio das Unidades Executoras Próprias (UEX). Esse programa permite o acesso direto a recursos para custeio, pequenos reparos e manutenção, visando atender às necessidades mais urgentes de funcionamento e promover a melhoria e conservação da infraestrutura física e operacional (GOIÁS, 2014).

Contudo, a aplicação do PDDUP tem se mostrado ineficaz, seja por entraves burocráticos, deficiências no planejamento estratégico ou priorização inadequada de verbas (GOIÁS, 2014). Essa lacuna entre o dispositivo normativo e sua efetiva implementação compromete a autonomia das UEX e perpetua um ciclo de degradação acelerada das estruturas físicas. A análise desses obstáculos é fundamental para identificar soluções que viabilizem o acesso ágil e eficaz aos recursos necessários. A adesão ao PDDUP, quando efetiva, surge como uma alternativa viável para mitigar a escassez de recursos, conferindo maior autonomia financeira à unidade e contribuindo significativamente para a realização de melhorias estruturais. A falta de planejamento na manutenção predial leva a intervenções corretivas custosas, enquanto a abordagem preventiva garante a sustentabilidade do patrimônio (COSTA NETO, 2018).

3. METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem de pesquisa de natureza indutiva, combinando métodos qualitativos e quantitativos para uma compreensão abrangente dos impactos da ausência de dotação orçamentária específica para manutenção na UPEA. Essa abordagem mista permitiu explorar a profundidade das percepções e experiências (qualitativo)

ao mesmo tempo em que quantificou a extensão dos problemas estruturais e seus custos (quantitativo).

3.1 Análise Documental

Foi realizada uma análise detalhada de relatórios técnicos, contratos de manutenção, registros orçamentários e normas legais pertinentes. Esta etapa visou coletar informações históricas e contextuais que auxiliaram na compreensão da situação atual da unidade. Foram consultados documentos como relatórios de inspeção, históricos de reparos, planos orçamentários e legislação específica do sistema prisional, com ênfase na Lei nº 18.595/2014 (GOIÁS, 2014), que institui o Programa Dinheiro Direto na Unidade Prisional (PDDUP). A análise desta Lei foi crucial para entender os mecanismos de repasse de recursos destinados à manutenção predial e como sua previsão se alinhou (ou não) com a realidade das necessidades da UPEA.

3.2 Inspeção Visual das Instalações

Foi conduzida uma inspeção visual *in loco* das instalações da UPEA, com registro das condições estruturais e de funcionamento. Essa observação abrangeu áreas como sanitários, redes hidráulicas e elétricas, área verde, sistemas de iluminação e condições das paredes. O procedimento permitiu identificar problemas estruturais existentes, necessidades de manutenção preventiva e corretiva, e registrar as condições gerais de funcionamento da infraestrutura. Os achados desta inspeção foram confrontados com as diretrizes e possibilidades de financiamento previstas em normativas como o PDDUP.

3.3 Entrevistas Semiestruturadas

Foram realizadas entrevistas com um servidor plantonista, um chefe de equipe e um supervisor que fazia parte da gestão da Unidade Prisional. O objetivo foi obter dados qualitativos que complementassem as informações documentais e físicas, proporcionando uma visão mais ampla da realidade vivenciada pelos profissionais e gestores. As entrevistas buscaram perspectivas sobre a frequência das ocorrências de falhas, dificuldades na obtenção e aplicação de recursos provenientes de programas como o PDDUP, e percepções sobre a eficiência das políticas de manutenção e gestão orçamentária.

3.4 Avaliação da Execução Financeira

Foi feita uma avaliação da execução financeira dos últimos dois anos, com o objetivo de identificar gargalos e oportunidades para otimização dos recursos disponíveis para manutenção. Esta análise buscou verificar como os recursos, incluindo aqueles potencialmente advindos do PDDUP ou outros programas de repasse, foram utilizados e onde puderam ser feitas melhorias no planejamento e alocação orçamentária para a manutenção predial.

3.5 Análise do Referencial Normativo

Foi considerado o referencial normativo vigente, incluindo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), decretos estaduais e diretrizes internas do sistema prisional. Nesta etapa, a Lei nº 18.595/2014 (GOIÁS, 2014) foi examinada em profundidade, analisando seus artigos e parágrafos pertinentes à dotação e gestão de recursos para manutenção predial. Essa análise permitiu verificar se as práticas atuais de gestão da manutenção e alocação de recursos na UPEA estavam em conformidade com as regulamentações vigentes e identificar possíveis lacunas ou inconsistências entre a norma (especialmente a Lei do PDDUP) e a prática.

A análise dos dados foi realizada por meio da triangulação, combinando as informações quantitativas obtidas (custos com reparos emergenciais, frequência de falhas estruturais, dados de execução financeira) com os dados qualitativos coletados nas entrevistas e observações (percepções, desafios da gestão). Essa abordagem integrada permitiu identificar padrões, causas e consequências relacionadas à ausência de planejamento e investimento em manutenção predial, em particular, avaliando a efetividade dos mecanismos legais existentes, como o PDDUP, para endereçar essa problemática. A partir da análise dos dados, esperou-se formular recomendações práticas e sustentáveis, baseadas em evidências sólidas e em uma compreensão abrangente da situação da UPEA, visando aprimorar a gestão da manutenção à luz das normativas vigentes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados por meio da metodologia proposta revelou um cenário crítico em relação à manutenção predial na UPEA. Os resultados confirmaram as hipóteses levantadas na introdução e se alinharam com as preocupações expostas na revisão da

literatura, apontando para uma correlação direta entre a ausência de dotação orçamentária específica e o acelerado processo de deterioração da infraestrutura, impactando diretamente a segurança, a operacionalidade e a dignidade na unidade.

4.1 Diagnóstico da Infraestrutura e a Efetividade dos Reparos

A inspeção visual *in loco*, complementada pela análise de relatórios técnicos internos e documentação, confirmou a persistência de uma série de problemas estruturais na UPEA, evidenciando a carência de manutenção preventiva e corretiva. Os principais problemas identificados incluíram:

4.1.1 Problemas Hidráulicos

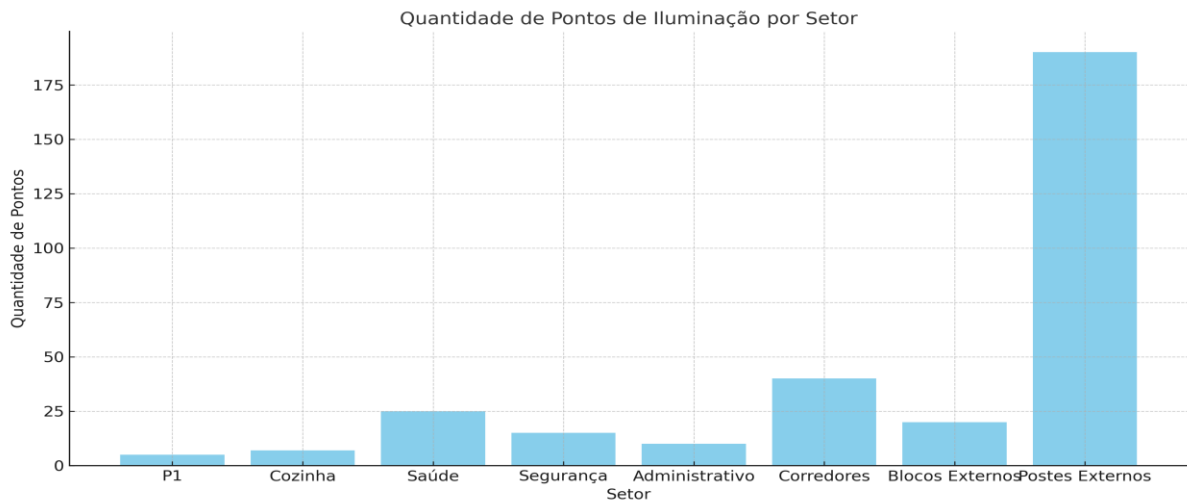
Vazamentos recorrentes em celas e áreas comuns como cozinha, banheiros, bloco da saúde e bloco de segurança, além de infiltrações visíveis em lajes e paredes, comprometeram a estrutura, favoreceram o aparecimento de mofo e contribuíram para a insalubridade do ambiente. Um levantamento detalhado dos pontos hidráulicos revelou que a unidade possuía um total de 62 banheiros, distribuídos da seguinte forma: 2 no Posto de Acesso (P1), 3 na Cozinha, 2 no Alojamento, 3 na Saúde, 2 na Segurança, 2 no Administrativo, 40 nas Celas (considerando 40 celas) e 8 nos Blocos do Fundo.

Cada banheiro institucional padrão contém os seguintes acessórios hidráulicos básicos: um vaso sanitário com caixa acoplada ou sistema de descarga separado, um lavatório (pia de mão), uma torneira de plástico, um chuveiro (ducha simples), um ralo sifonado de piso, um registro de pressão (para chuveiro), duas ligações flexíveis (uma para pia e uma para bacia), um assento sanitário.

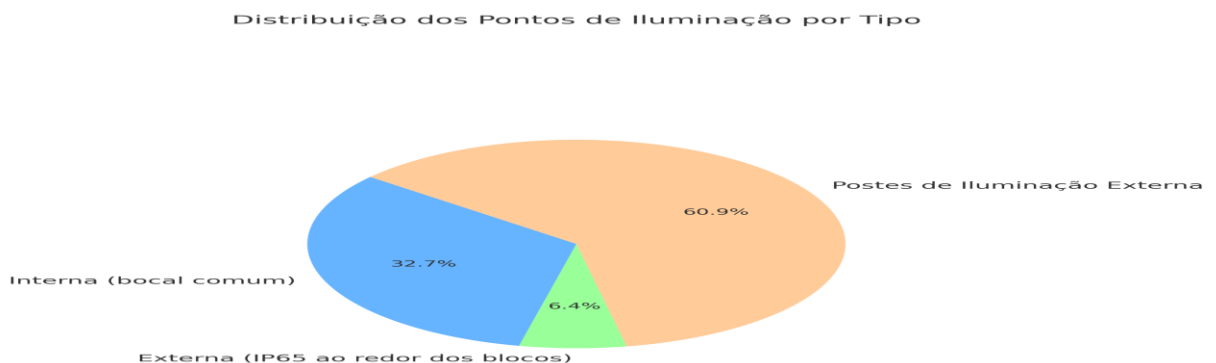
Com base nesse padrão, estimou-se o total de acessórios hidráulicos. Para os 22 banheiros institucionais completos (setores administrativos, cozinha, saúde etc.), assumindo 10 itens por banheiro, chegou-se a 220 acessórios hidráulicos. Nos 40 banheiros das celas, presumindo 5 itens por cela (bacia sanitária, lavatório ou conjunto lavatório/bacia, torneira, ralo de piso e chuveiro simples, este último sem energia), o total foi de 200 acessórios hidráulicos. Para os 8 banheiros dos blocos do fundo, assumindo o padrão completo de 10 itens por banheiro, tiveram-se 80 acessórios hidráulicos. O total geral estimado de acessórios hidráulicos na unidade foi de 500 itens.

4.1.2 Problemas Elétricos

As lâmpadas dos interiores, com bocais simples, e as exteriores, em postes de iluminação, queimavam constantemente. Para um levantamento preciso de materiais elétricos como lâmpadas, bocais, condutores, eletrodutos e disjuntores, o gráfico de barras mostrava a quantidade de pontos de iluminação por setor, evidenciando a predominância nos postes externos.



O gráfico de pizza representou a distribuição percentual dos pontos de luz por tipo de instalação: lâmpadas internas com bocal comum (32,7%), lâmpadas externas ao redor dos blocos com proteção IP65 (6,4%) e postes externos com LED público (60,9%).



Conforme o SEI 202316448010712, houve um empenho de R\$ 31.739,53 com prazo de 45 dias para a solução do problema específico das (lâmpadas dos corredores das alas).

Além disso, as lâmpadas dos postes externos foram parcialmente beneficiadas por uma doação de 97 unidades de luminárias e refletores de LED, fruto de uma ação conjunta do Ministério Público do Estado de Goiás (19ª Promotoria de Justiça), vinculada a processos judiciais específicos (nº 5029653-83.2021.8.09.0006; nº 5745465-90.2022.9.09.0006; nº 5122569-34.2024.8.09.0006; nº 5559665-52.2023.8.09.0006; nº 5186400-56.2024.8.09.0006).

Embora essa doação tenha representado uma melhoria pontual na segurança e eficiência energética, a persistência de aproximadamente 100 lâmpadas de vapor de sódio em uso, considerando que a unidade foi inaugurada em 2018 e a vida útil de cinco anos, evidenciou a obsolescência do parque de iluminação remanescente.

4.1.3 Deterioração da Alvenaria e Estrutura

Devido aos problemas hidráulicos, as paredes exibiam fissuras e rachaduras, além de reboco solto e pichações não removidas. Havia danos significativos em portas e janelas das celas e corredores. Essa degradação da alvenaria não apenas comprometeu a segurança estrutural, mas também pôde facilitar tentativas de fuga ou danos ao patrimônio.

4.1.4 Área Verde

A unidade possui 1000 metros quadrados de área verde que demanda equipamentos específicos de jardinagem para a manutenção da grama braquiária e remoção de folhas e resíduos leves. Para a manutenção, seria necessários e essenciais equipamentos motorizados como roçadeira (costal ou lateral) para corte da grama e mato alto, cortador de grama (manual ou motorizado) como alternativa para áreas planas, e assoprador de folhas (elétrico ou a gasolina) para remoção rápida de folhas secas e sujeira leve.

4.1.5 Condições Sanitárias

Muitas celas encontravam-se inutilizadas devido a buracos nos sanitários, embora os demais setores de banheiros apresentassem um bom estado geral, assim como alguns banheiros destinados ao uso comum dos servidores.

A avaliação da execução financeira dos últimos dois anos demonstrou uma alta frequência de reparos emergenciais. Os dados revelaram que a maior parte do orçamento

disponível para reparos foi direcionada para intervenções corretivas, enquanto uma pequena parcela foi destinada a ações preventivas. Essa proporção foi dissonante das boas práticas de gestão da manutenção, onde a prevenção deveria ser prioritária para reduzir custos a longo prazo e garantir a sustentabilidade do patrimônio, conforme preconizaram autores como (MELHADO, 2006) e (COSTA NETO, 2018).

4.2 Impactos da Ausência de Dotação Orçamentária Específica

As entrevistas semiestruturadas com servidores e gestores da UPEA corroboraram os achados da inspeção visual e da análise documental, revelando os impactos diretos e indiretos da ausência de recursos específicos para manutenção.

4.3 Aumento dos Custos Operacionais e a Necessidade de Fontes Alternativas de Financiamento

A falta de manutenção preventiva na UPEA forçou a unidade a realizar reparos emergenciais, que foram, em média, significativamente mais caros do que as intervenções planejadas. Este achado reforçou a discussão teórica de (DIAS, 2018) sobre a ineficiência econômica inerente a uma gestão de manutenção reativa. Diante da inexistência de dotação orçamentária direta para suprir as necessidades rotineiras e emergenciais de manutenção, a gestão da UPEA foi compelida a adotar medidas alternativas de captação de recursos.

Estas medidas incluíram a comercialização de "sobras alimentares" provenientes da cozinha do estabelecimento penal e a venda de "produtos recicláveis". Os valores arrecadados por meio dessas iniciativas foram então direcionados para custear pequenos reparos de alvenaria, a manutenção da roçagem da grama, reformas emergenciais (elétricas e hidráulicas), bem como a aquisição de ferramentas e utensílios de uso comum, essenciais para a operacionalidade da unidade.

Conforme demonstrado nos Gráficos 1 (referindo-se à Prestação de Contas Dez/2022 a Dez/2023) e nos Gráficos 2 e 3 (referindo-se à Prestação de Contas Jan/2024 a Mai/2025), a dependência dessas fontes alternativas de financiamento para cobrir despesas básicas de manutenção evidenciou a fragilidade orçamentária e a necessidade de improvisação na gestão da infraestrutura da UPEA:

Gráfico 1:

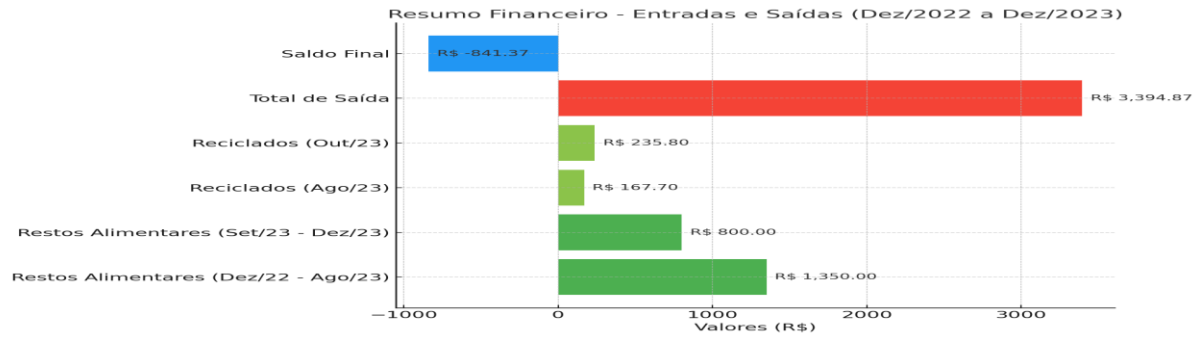


Gráfico 2:

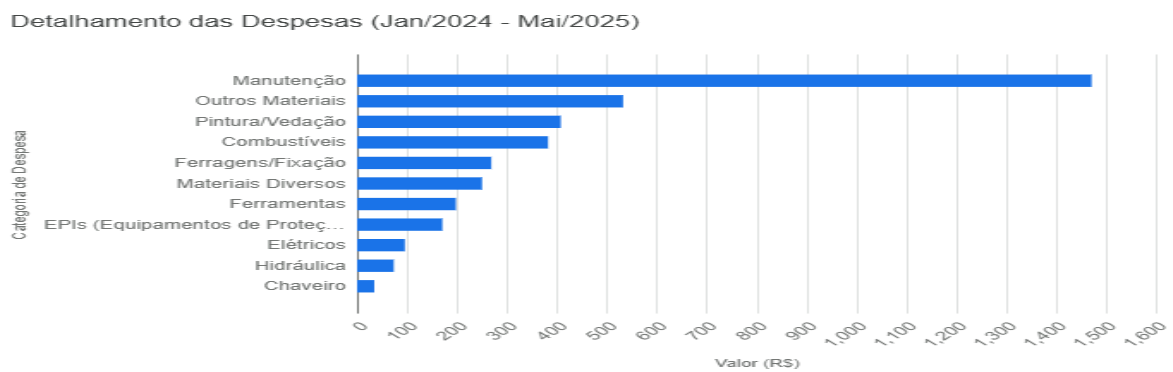
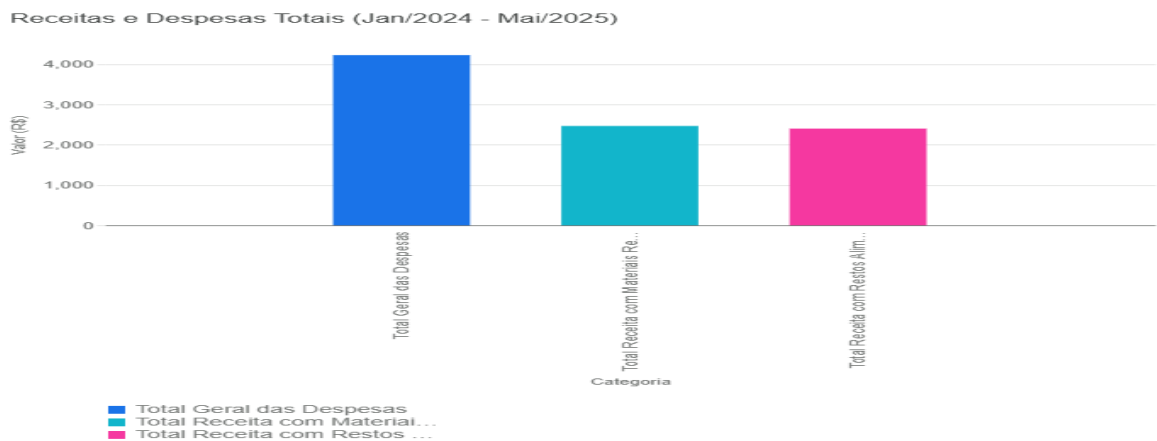


Gráfico 3:



4.4 Comprometimento da Segurança Institucional

As falhas estruturais, como sistemas elétricos e alvenaria danificada, criavam vulnerabilidades exploráveis em tentativas de fuga, elevando o risco para toda a comunidade. Este ponto foi corroborado por estudos que associaram a precariedade da infraestrutura a incidentes de segurança em unidades prisionais (DEPEN, 2022).

4.5 Entrevistas Semiestruturadas

A equipe de policiais penais e demais servidores frequentemente cobravam da gestão sobre as condições inadequadas dos ambientes de trabalho e a pressão de gerenciar crises decorrentes de falhas estruturais. Durante as entrevistas semiestruturadas, realizadas com um plantonista, um chefe de equipe e um supervisor de segurança da Unidade Prisional Estadual de Anápolis (UPEA), que possuíam tempo médio de atuação entre 2 e 5 anos na unidade, foram coletadas as seguintes percepções sobre a infraestrutura e manutenção:

4.5.1 Condições da Infraestrutura

Os entrevistados classificaram o estado geral da infraestrutura da UPEA como regular. Todos relataram presenciar diariamente problemas estruturais como infiltrações, fiações expostas, janelas quebradas, vazamentos e trincas nas paredes. Esses problemas impactaram diretamente o desempenho funcional, embora as formas específicas não tenham sido detalhadas na transcrição da pergunta 3.

4.5.2 Manutenção e Reparos

A percepção geral foi que a manutenção predial na UPEA era realizada apenas em caráter emergencial, sem qualquer planejamento formal conhecido pelos servidores. Houve consenso de que a ausência de reparos impactou a segurança da unidade. Dois exemplos foram citados:

- a) A necessidade de interditar uma cela após uma tentativa de fuga, devido à falta de equipamento de solda ou material para o conserto imediato das grades serradas.
- b) A impossibilidade de manter um servidor no posto de vigilância ("guarita") em período de frio intenso, devido à quebra de um vidro.

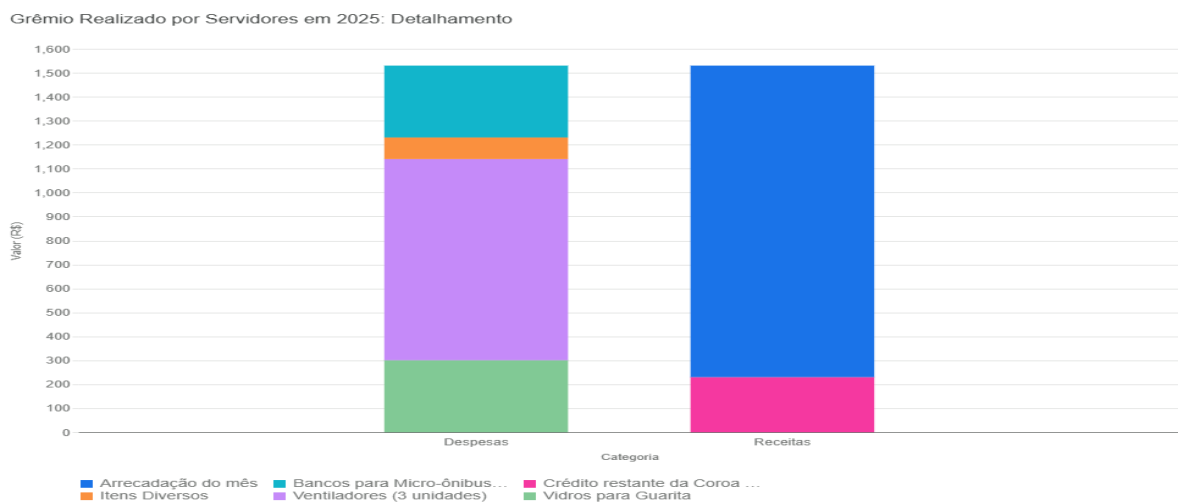
4.5.3 Gestão de Recursos

Os servidores indicaram que a UPEA não dispunha de recursos financeiros próprios para a manutenção predial de rotina. Relataram, inclusive, a participação em iniciativas internas de arrecadação de recursos ou improvisos para realizar reparos. Exemplos incluíram rateio para a compra de ventiladores para a cozinha, vidros para as guaritas, torneiras para

pias de alojamento e guaritas, bancos mais confortáveis e insulfilm para guaritas devido ao calor excessivo.

Uma iniciativa notável para mitigar esse cenário, embora informal, foi o "grêmio" realizado pelos servidores no ano de 2025. Este movimento, autofinanciado, arrecadou aproximadamente R\$ 1.500,00 e demonstrou a lacuna deixada pela ausência de dotação oficial e a proatividade da equipe, conforme apontado pelo gráfico 4 de arrecadação e despesas.

Gráfico 4:



A gestão da unidade foi avaliada positivamente na busca por soluções alternativas para manutenção, tentando resolver demandas urgentes e angariar fundos por meio da comercialização de sobras de comida ("lavagem") e coleta de material reciclável.

4.5.4 Conhecimento sobre o programa PDDUP

Nenhum dos entrevistados conhecia o Programa Dinheiro Direto na Unidade Prisional (PDDUP). Apesar disso, os servidores que responderam a essa pergunta (no caso, o supervisor) consideraram que, se o programa fosse implementado, seria utilizado de forma eficiente. A justificativa principal foi que ter uma verba específica eliminaria a burocracia e a demora para a obtenção de materiais, permitindo reparos rápidos. Problemas como lâmpadas queimadas, torneiras quebradas, descargas que não funcionavam, vazamentos, janelas quebradas e a necessidade de aparar a grama poderiam ser resolvidos no mesmo dia.

4.6 Deficiência no Planejamento Orçamentário e Burocracia Excessiva

A análise dos dados revelou uma significativa deficiência no planejamento orçamentário para a manutenção predial, agravada por processos burocráticos excessivos. A ausência de um planejamento específico e de longo prazo para a manutenção impediu que o Programa de Dignidade, Desenvolvimento e Capacitação de Unidades Prisionais (PDDUP) fosse utilizado de forma estratégica. Conforme os relatos, os recursos, quando liberados, eram frequentemente direcionados para emergências (manutenção corretiva reativa), e não para a manutenção preventiva que, no médio e longo prazos, reduziria os problemas e os custos gerais da unidade.

Essa lacuna é exacerbada pela percepção dos gestores entrevistados sobre a burocracia excessiva no processo de liberação e prestação de contas dos recursos do PDDUP. Essa complexidade dificultou a agilidade necessária para as intervenções de manutenção. A lentidão na aprovação de projetos e a complexidade na comprovação de gastos desestimularam o uso do programa para pequenos reparos urgentes, que são a essência da manutenção preventiva e corretiva.

Esses achados corroboram a discussão de Costa Neto (2018) sobre a importância do planejamento e da gestão profissional da manutenção. Eles sublinharam a necessidade de alinhar os instrumentos legais, como a Lei nº 18.595/2014, às boas práticas de gestão, para que a manutenção das unidades prisionais deixasse de ser uma medida reativa e emergencial. Em vez disso, deveria tornar-se um processo contínuo, planejado e coerente com o princípio da eficiência que rege a administração pública (BRASIL, 1988, art. 37). A lacuna entre a intenção da lei e sua efetiva implementação, intensificada pela burocracia, demonstrou um desafio sistêmico que impactou diretamente a infraestrutura da Unidade Prisional Estadual de Anápolis (UPEA).

5. CONCLUSÃO

O cenário prisional brasileiro, reiteradamente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como exemplo de Estado de Coisas Inconstitucional, caracteriza-se pela violação generalizada e sistêmica de direitos fundamentais por parte do Estado. Essa condição se manifesta, entre outros fatores, na precariedade das instalações físicas das unidades prisionais, comprometendo a dignidade humana, a saúde e a segurança de detentos e servidores.

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo central analisar os impactos da ausência de dotação orçamentária específica para manutenção predial, elétrica, hidráulica e de alvenaria na gestão da Unidade Prisional Estadual de Anápolis. Os resultados confirmaram que a carência de recursos financeiros regulares perpetuou um ciclo de deterioração progressiva da infraestrutura da unidade, agravando os problemas sanitários e estruturais e intensificando a insalubridade do ambiente prisional. Tal situação gerou consequências diretas e severas para a segurança institucional, a eficiência operacional e a garantia dos direitos fundamentais de todos os que convivem nesse ambiente.

Os achados evidenciaram de forma consistente a existência de falhas estruturais relevantes, tais como vazamentos, infiltrações, fiações expostas, problemas nos sistemas hidráulicos e elétricos, além da degradação da alvenaria. Essas deficiências ultrapassam questões estéticas, representando riscos concretos de acidentes e comprometendo a salubridade do ambiente carcerário. Além disso, os reparos emergenciais, frequentemente adotados como solução paliativa, mostraram-se significativamente mais onerosos do que a implementação de um programa de manutenção preventiva, como alertam (DIAS, 2018) e (MELHADO, 2006).

Diante desse panorama, a pesquisa destacou a urgência de que os órgãos responsáveis pela administração penitenciária priorizem a destinação regular e suficiente de recursos orçamentários para a manutenção preventiva e corretiva das unidades prisionais. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, art. 165, § 9º, II) já prevê a criação de fundos públicos específicos para diversas finalidades, cabendo à legislação ordinária regulamentar sua aplicação. Sugeriu-se, portanto, a criação de fundos vinculados ou a destinação de receitas específicas para garantir a sustentabilidade da infraestrutura prisional, tratando-a como investimento estratégico para a segurança pública e a promoção dos direitos humanos.

Além disso, reforçou-se a necessidade de que os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, sejam efetivamente aplicados à gestão patrimonial do sistema penitenciário, em conformidade com os objetivos do Programa Dinheiro Direto na Unidade Prisional (PDDUP).

Para uma gestão mais eficaz, recomendou-se a revisão dos mecanismos de repasse e fiscalização do próprio PDDUP, instituído pela Lei nº 18.595/2014 (GOIÁS, 2014), que, em seus artigos 1º e 2º, estabelece apoio financeiro às unidades prisionais em áreas como manutenção, pequenos investimentos e projetos de ampliação, por meio de repasses automáticos via Fundo Penitenciário Estadual (FUNPES). Ressaltou-se a importância de

desburocratizar os procedimentos de liberação e aplicação desses recursos, assegurando que a destinação para manutenção predial seja cumprida com rigor.

Como resultado direto desta pesquisa, destaca-se que, logo após o protocolo deste projeto na DGPP, a instituição demonstrou sensível proatividade. Por iniciativa da própria DGPP, foi expedido o Ofício Circular nº 115/2025/DGPP (SEI 202516448059597), conforme apresentado no Anexo II, direcionado a todas as unidades prisionais do Estado. Este documento determinou que todas as unidades administrativas e operacionais – exceto as sediadas na DGPP – preenchessem um formulário específico, com o objetivo de registrar, de forma precisa e detalhada, as condições estruturais de suas instalações, abrangendo aspectos como instalações elétricas e hidráulicas, sistemas de segurança, estado geral das edificações, bem como adequação às normas de segurança e saúde ocupacional.

Dentre as orientações estabelecidas no referido ofício, constou a seguinte determinação:

“Cada titular deverá verificar e registrar, de forma precisa por meio das descrições e imagens, as condições estruturais de sua unidade, incluindo, mas não se limitando a: instalações elétricas e hidráulicas; sistemas de segurança (câmeras, cercas, etc.); estado geral de edificações (pavimentação, cobertura, pintura); e acessibilidade e adequação às normas de segurança e saúde ocupacional, entre outras”².

Para aprofundar a compreensão sobre o tema, recomendou-se a realização de estudos de caso em outras unidades prisionais de Goiás, com o objetivo de comparar realidades, identificar padrões de problemas e levantar soluções viáveis. Também se sugeriu uma análise mais aprofundada sobre os impactos da degradação das instalações na saúde física e mental de detentos e servidores, além de uma avaliação do retorno financeiro proporcionado por investimentos em manutenção preventiva a longo prazo, comparando unidades com e sem programas estruturados de conservação.

Por fim, este trabalho buscou contribuir para o aperfeiçoamento da gestão penitenciária no Estado de Goiás, oferecendo subsídios técnicos e gerenciais que possam orientar a tomada de decisões estratégicas e a formulação de políticas públicas mais eficientes e humanizadas. O objetivo final é garantir que as unidades prisionais do Estado cumpram sua função social com segurança, dignidade e eficiência, assegurando que os instrumentos legais existentes, como o PDDUP, alcancem plenamente seus propósitos institucionais e sociais.

² GOIÁS. Polícia Penal. **Ofício Circular nº 115/2025/DGPP** (SEI 202516448059597). Goiânia, GO, 2025. p. 1.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5674**: Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Cenário prisional brasileiro**: panorama dos desafios de infraestrutura. Brasília, DF: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/01/Relat%C3%B3rio-Cen%C3%A1rio-Prisional-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 9, de 16 de maio de 2016**. Aprova as Diretrizes e Recomendações para o tratamento da questão da saúde na população prisional. Brasília, DF: CNJ, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/atos-normativos/resolucoes/26848-resolucao-no-9-de-16-de-maio-de-2016>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**. Brasília: DEPEN, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/infopen>. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347/DF**. Relator: Min. Marco Aurélio. Julgamento em 09 set. 2015. Reconhecimento do estado de coisas inconstitucional no sistema penitenciário nacional. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=11776973>. Acesso em: 12 jun. 2025.

COSTA NETO, João Alves da. **Gestão da manutenção de edificações**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2018.

DIAS, Rodrigo. **Manutenção predial**: planejamento, controle e gestão. São Paulo: Érica, 2018.

G1 GOIÁS. **Governo inaugura presídio em Anápolis e diz que é preciso construir mais 30 unidades para reduzir superlotação**. [S. l.], 16 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/governo-inaugura-presidio-em-anapolis-e-diz-que-e-preciso-construir-mais-30-unidades-para-reduzir-superlotacao.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2025.

GOOGLE EARTH. **Novo Presídio de Anápolis – BR-414, Anápolis – GO**. Disponível em: <https://earth.google.com/web/search/Novo+Presidio+de+An%3%a1polis+-+BR-414,+An%3%a1polis+-+GO/@-16.23209078,-48.91817787,1114.30818805a,807.63946137d,35y,0h,0t,0r/data=CiwiJgocCficDII->

OjDAEYvOPy2hPDDAGWcJ6ZRGdEjAlb1Pz_7edkjAQgIIAUICCCABKDQj_____8
BEAA. Acesso em: 12 jun. 2025.

GOIÁS. **Lei nº 18.595, de 1º de julho de 2014.** Institui o Programa Dinheiro Direto na Unidade Prisional – PDDUP, no âmbito da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, 2 jul. 2014. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90798/lei-18595. Acesso em: 19 maio 2025.

GOIÁS. **Lei nº 19.962, de 29 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre o sistema de regionalização do Sistema Penitenciário e Prisional do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia, GO: Assembleia Legislativa de Goiás, 2018. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/99836/pdf>. Acesso em: 1 jun. 2025.

GOUVEIA, Marcelo. **PM e Segurança Pública confirmam princípio de rebelião em novo presídio de Anápolis.** Jornal Opção, Goiânia, 24 fev. 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/pm-e-seguranca-publica-confirmam-principio-de-rebeliao-em-novo-presidio-de-anapolis-88080/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

LANÇAMENTO do Novo Presídio de Anápolis. **Portal da Assembleia Legislativa de Goiás.** [S. 1.], [2018?]. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/galerias/4145/lancamento-do-novo-presidio-de-anapolis>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MELHADO, Silvio Barbosa. **Manutenção predial: conceitos, planejamento e execução.** 2. ed. São Paulo: Pini, 2006.

O POPULAR. **Com capacidade para 300 detentos, presídio de Anápolis é inaugurado.** Goiânia, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/com-capacidade-para-300-detentos-presidio-de-anapolis-e-inaugurado-1.1461782>. Acesso em: 12 jun. 2025.

POLÍCIA PENAL GOIÁS. **Portaria nº 272/2018 – Regimento de procedimentos de segurança e rotinas carcerárias dos presídios estaduais.** [S. 1.], 2018. Disponível em: <https://www.policia penal.go.gov.br/atos-normativos/portaria-272-2018-gab-dgap-regimento-de-procedimentos-de-seguranca-e-rotinas-carcerarias-dos-presidios-estaduais.html>. Acesso em: 19 maio 2025.

ANEXO I

DGPP
Diretoria-Geral
de Polícia Penal



ESTADO DE GOIÁS
DIRETORIA-GERAL DE POLÍCIA PENAL

Referência: Processo nº 202516448056074

Interessado(a): Diretoria Geral de Polícia Penal

Assunto: Pesquisa CAESP.

DESPACHO Nº 4039/2025/GAB

- 1 Trata-se do Ofício nº 62178/2025/DGPP (74832902), por meio do qual o Policial Penal CAIO CÉSAR OLIVEIRA DE ARAÚJO, ora discente do Curso de Especialização em Altos Estudos em Segurança Pública (CAESP) - Edição 2025, promovido pela Universidade Estadual de Goiás, em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resumo, solicita autorização para realizar pesquisa científica no âmbito da Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP), nos termos do Projeto de Pesquisa anexado aos autos (74833179).
- 2 Desse modo, o Chefe da Seção de Pesquisa e Pós-Graduação e o Gerente de Ensino, por intermédio do Despacho n.º 40/2025/DGPP/SEPP (75632877), manifestou-se da seguinte forma:
 2. É o breve relatório.
 3. A Portaria nº 349/2018-GAB/DGAP (75633191), atualmente em vigor, regulamenta os critérios para realização de pesquisas científicas no âmbito da Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP). Nos termos do art. 1º do Anexo I, toda solicitação, seja interna ou externa, para a realização de pesquisas junto à DGPP ficará sob a responsabilidade da Gerência de Ensino, que conduzirá o processo desde a formulação do pedido até a sua conclusão.
 4. O Diretor-Geral de Polícia Penal, ao analisar solicitações de pesquisas científicas formuladas por policiais penais discentes do Curso de Pós-Graduação em Altos Estudos de Segurança Pública (CAESP) ou do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública (CEGESP), tem autorizado, em caráter excepcional, a realização dessas pesquisas, com flexibilização das exigências estabelecidas na Portaria nº 349/2018GAB/DGAP (75633191), com

fundamento no art. 14 do Anexo I desse ato normativo, conforme se extrai dos processos nº 202216448073832, nº 202416448026321, nº 202416448025679 e nº 202416448010359.

5. Diante do exposto e considerando os demais elementos constantes nos autos, manifesta-se sobre o pleito nos seguintes termos:

I - FAVORÁVEL à autorização excepcional para a realização da pesquisa científica proposta pelo Policial Penal CAIO CÉSAR OLIVEIRA DE ARAÚJO, condicionando-a ao cumprimento das disposições da Portaria nº 349/2018GAB/DGAP (75633191), bem como à apresentação e juntada, nos autos, dos Anexos II, III, IV e V do referido ato

normativo, devidamente preenchidos e assinados, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da autorização do Diretor-Geral de Polícia Penal, sob pena de cancelamento da permissão;

II - SUGERIR o encaminhamento dos autos à Diretoria Geral Adjunta para ciência e manifestação, com recomendação de posterior remessa ao Gabinete do Diretor-Geral de Polícia Penal, por intermédio da Gerência da Secretaria-Geral, para análise e decisão.

3 Por fim, a Diretoria-Geral Adjunta, por intermédio do Despacho nº 1843/2025/DGPP/DGA-DGAP (75689219), manifestou favorável à autorização excepcional para a realização da pesquisa científica proposta pelo Policial Penal CAIO CÉSAR OLIVEIRA DE ARAÚJO.

4 É o breve relatório.

5 Considerando que a realização da pesquisa intitulada *“ANÁLISE DOS IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA PARA*

MANUTENÇÃO PREDIAL, ELÉTRICA, HIDRÁULICA E DE ALVENARIA NA UNIDADE PRISIONAL ESTADUAL DE ANÁPOLIS” visa identificar e analisar os prejuízos estruturais, operacionais e de segurança decorrente da ausência de dotação orçamentária específica para manutenções essenciais na Unidade Prisional Estadual de Anápolis, sendo fundamental para subsidiar políticas públicas mais eficazes e para garantir a dignidade dos internos e a integridade dos servidores;

6 Considerando que o estudo possibilitará a coleta de dados técnicos e administrativos diretamente na unidade prisional, o que exige autorização prévia para acesso ao ambiente institucional e às informações necessárias, garantindo a legalidade, a ética e o respeito às normas da administração pública;

7 Considerando que os resultados obtidos por meio da pesquisa poderão orientar gestores públicos e órgãos de controle na alocação adequada de recursos, promovendo melhorias estruturais e contribuindo para a eficiência da gestão prisional, após análises e inferências necessárias, RESOLVO:

I - AUTORIZAR, excepcionalmente, a realização da pesquisa científica proposta pelo Policial Penal CAIO CÉSAR OLIVEIRA DE ARAÚJO, nos termos do Despacho n.º 40/2025/DGPP/SEPP (75632877), condicionando-a ao cumprimento das disposições da Portaria n.º 349/2018-GAB/DGAP (74739047), que dispõe sobre os critérios para a realização de pesquisas acadêmicas no âmbito desta Diretoria-Geral de Polícia Penal, devendo ser atendidos todos os procedimentos de segurança necessários;

II - ENCAMINHAR os autos à **Gerência de Ensino** para conhecimento e providências necessárias.

Goiânia, 12 de junho de 2025.

JOSIMAR PIRES NICOLAU DO NASCIMENTO

Policial Penal / Diretor-Geral de Polícia Penal

Diretoria-Geral de Polícia Penal - DGPP

Rua 201, c/ 11ª Avenida, 430, Setor Leste Vila Nova

74643-050 Goiânia/GO

Telefone: (62) 3270-8711

E-mail: protocolo-setorial.dgpp@goias.gov.br

Referência: SEI 75782121 Processo nº 202516448056074

ANEXO II

ENTREVISTA ESTRUTURADA COM SERVIDORES DA UPEA

Com base no tema ANÁLISE DOS IMPACTOS DA AUSÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA PARA MANUTENÇÃO PREDIAL, ELÉTRICA, HIDRÁULICA E DE ALVENARIA NA UNIDADE PRISIONAL ESTADUAL DE ANÁPOLIS, foi elaborado um roteiro de entrevistas estruturadas voltado para os servidores da unidade (plantonistas, chefes de equipe e supervisores), conforme indicado na metodologia.

Identificação do Entrevistado (preenchimento sigiloso):

- Cargo/função:
- Tempo de serviço no sistema prisional:
- Tempo de atuação na UPEA:

BLOCO 1: CONDIÇÕES DA INFRAESTRUTURA

1. Como você avaliou o estado geral da infraestrutura da UPEA naquele período?

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Ruim
- Péssima

Justifique sua resposta:

2. Com que frequência você presenciou problemas estruturais como infiltrações, fiações expostas, janelas quebradas, vazamentos ou trincas nas paredes?

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Raramente

3. Esses problemas impactaram diretamente o seu desempenho funcional? Se sim, de que forma?

BLOCO 2: MANUTENÇÃO E REPAROS

4. A manutenção predial da UPEA foi, em sua percepção, realizada:

- Preventivamente
- Apenas em caráter emergencial
- Não foi realizada com regularidade

5. Você teve conhecimento da existência de algum planejamento formal de manutenção na unidade?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Se sim, como ele funcionou?

6. Já houve situações em que a ausência de reparos impactou a segurança (risco de fuga, rebelião, incêndio etc.)?

- Sim
- Não

Se sim, descreva brevemente:

BLOCO 3: GESTÃO DE RECURSOS

7. Na sua percepção, a UPEA dispôs de recursos financeiros suficientes para manutenção predial de rotina?

- Sim
- Não
- Não sei informar

8. Você teve conhecimento ou já participou de iniciativas internas, como arrecadação de recursos, improvisos ou ações voluntárias para realizar reparos?

- Sim
- Não

Se sim, descreva:

9. Como você avaliou a participação da gestão da unidade na busca por soluções alternativas para manutenção predial?

BLOCO 4: PROGRAMA PDDUP

10. Você conheceu o Programa Dinheiro Direto na Unidade Prisional (PDDUP)?

- Sim
- Não
- Já ouviu falar, mas não conheceu os detalhes

11. Na sua opinião, o PDDUP foi utilizado de forma eficiente na UPEA?

- Sim
- Não
- Não sei avaliar

ANEXO III

DGPP
Diretoria-Geral
de Polícia Penal



ESTADO DE GOIÁS
DIRETORIA-GERAL DE POLÍCIA PENAL

OFÍCIO CIRCULAR Nº 115/2025/DGPP

GOIANIA, 30 de maio de 2025.

Senhores (as),

Gestores (as) de Unidades Administrativas e Operacionais da Diretoria-Geral de Polícia Penal

Polícia Penal do Estado de Goiás

Assunto: Levantamentos de demandas para melhorias estruturais.

Senhores Gestores,

1 Considerando a necessidade de subsidiar a distribuição de recursos orçamentários destinados a reformas e melhorias nos estabelecimentos sob gestão desta Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP) e a necessidade de colher as demandas apresentadas por todos os setores (operacionais e administrativos), determino que todas as Unidades Administrativas e Operacionais da DGPP, exceto as lotadas na sede da instituição, preencham o formulário em anexo, observando as seguintes orientações:

a) Cada Titular deverá verificar e registrar, de forma precisa por meio das descrições e imagens, as condições estruturais de sua unidade, incluindo, mas não se limitando a:

Instalações elétricas e hidráulicas;

Sistemas de segurança (câmeras, cercas, etc.);
Estado geral de edificações (pavimentação, cobertura, pintura);
Acessibilidade e adequação às normas de segurança e saúde ocupacional, entre outras.

b)O formulário deverá ser enviado uma única vez pelo Titular da Unidade, em formato por meio do Google Forms, disponível no link:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSduCEVt5Pkvj1WbPD0k6rbw6Umy1RDMIZYLUVco21MSQecfyw/viewform?usp=dialog>

Ofício Circular 115 (75217896) SEI 202516448059597 / pg. 1

2 O período para preenchimento e remessa do formulário inicia-se em 01 de junho de 2025 e encerra-se impreterivelmente em 15 de junho de 2025, impreterivelmente.

3 As informações são fundamentais para o planejamento e priorização de investimentos. O não cumprimento do prazo poderá comprometer a inclusão da unidade no cronograma de obras e melhorias.

Atenciosamente,

Josimar Pires Nicolau do Nascimento


Policia! Penal /Diretor-Geral da Polí!ia Penal de Goiás


Referência: Processo nº 202516448059597 SEI 75217896


ANEXO IV

RELATÓRIO DE SIMILARIDADE COM PORCENTAGEM REALIZADO NO COPYSPIDER

CopySpider - Relatório
— □ ×

 Salvar

 Compacto

 Fechar

Resumo

Arquivo de entrada: TCC - CAESP - 2025 (2).pdf (5127 termos)

Arquivo encontrado	Termos comuns	Semelhança	Agrupamento	
[*3,66%] sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_13783_1_Dis...				
[*3,25%] passeidireto.com/arquivo/134562198/cnu-blo...				
[*1,56%] legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/le...	sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_13783_1_Disserta%E7% E3o final.pdf	188	Baixa	Moderado Visualizar
[3,88%] ppgdc.uff.br/wp-content/uploads/sites/681/20...	passeidireto.com/arquivo/134562198/cnu-bloco-8-nivel-intermediario-apostilas-opcao-by...	167	Baixa	Moderado Visualizar
[3,80%] passeidireto.com/arquivo/146361130/manual-...	legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/67240/pdf	80	Baixa	Moderado Visualizar
[2,98%] passeidireto.com/arquivo/150573213/cp-iuris-...	ppgdc.uff.br/wp-content/uploads/sites/681/2023/12/ALBERTO-PESSOA-BASTOS.pdf	199	Baixa	Baixo Visualizar
[2,94%] passeidireto.com/arquivo/146149853/direito-a...	passeidireto.com/arquivo/146361130/manual-de-direito-financeiro-harrison-leite-2020	195	Baixa	Baixo Visualizar
[2,75%] passeidireto.com/arquivo/146363047/livro-am...	passeidireto.com/arquivo/150573213/cp-iuris-ebook-de-direito-administrativo	153	Baixa	Baixo Visualizar
[2,63%] pt.wikipedia.org/wiki/Par%C3%B3quia_Nossa_...	passeidireto.com/arquivo/146149853/direito-administrativo-descomplicado	151	Baixa	Baixo Visualizar
[2,16%] passeidireto.com/arquivo/157735949/semiolog...	passeidireto.com/arquivo/146363047/livro-amaral-francisco-direito-civil-introducao-pg-453	141	Baixa	Baixo Visualizar
	pt.wikipedia.org/wiki/Par%C3%B3quia_Nossa_Senhora_do_Ros%C3%A1rio_(Piren%C3...	135	Baixa	Baixo Visualizar
	passeidireto.com/arquivo/157735949/semiologia-veterinaria-a-arte-do-diagnostico-3-eduio	111	Baixa	Baixo Visualizar

Arquivos com problema de download

<https://www.saude.df.gov.br/saude-prisional1>
 Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - Tipo do arquivo não identificado

<https://www.investopedia.com/terms/q/quantitativeanalysis.asp>
 Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - Tipo do arquivo não identificado

<https://quizlet.com/548847771/chapter-2-introduction-to-quantitative-research-flash-cards>
 Não foi possível baixar o arquivo. É recomendável baixar o arquivo manualmente e realizar a análise em conluio (Um contra todos). - (22) The requested URL returned error: 403; [csu] timeout

Arquivos com problema de conversão